

Imago e vivência: uma reflexão filosófica sobre o essencialismo e o pragmatismo na Ciência da Informação¹

Gustavo Silva Saldanha (UFMG)

Resumo: Constrói uma reflexão filosófica sobre o essencialismo e o pragmatismo dentro da epistemologia da Ciência da Informação. Realiza breve levantamento teórico-conceitual destas abordagens filosóficas, apontando seus principais pressupostos. Identifica manifestações teóricas dentro dos estudos da informação predominantemente marcados pela influência destes enfoques. Aponta os aspectos plurais e restritivos do essencialismo e do pragmatismo dentro da área.

Palavras-chave: Essencialismo. Pragmatismo. Filosofia. Epistemologia. Ciência da Informação.

Abstract: It researchs the essentialism and pragmatism in the Information Science's epistemology. It achieves brief theoretical and conceptual study on these philosophical approaches, pointing their assumptions. It identifies focus of the theoretical studies of information predominantly marked by the influence of these approaches. It indicates the plural and restrictive aspects of essentialism and pragmatism in information epistemology.

Keywords: Essentialism. Pragmatism. Philosophy. Epistemology. Information Science.

¹ Comunicação oral apresentada ao GT-01 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.

1. Introdução

Nos anos 1990 a referência ao pragmatismo dentro da epistemologia da Ciência da Informação – CI – tornou-se recorrente. São inúmeras as manifestações teóricas e práticas que comungam de seus fundamentos e de determinadas características, como a polirepresentação de Ingwersen (1996) e a análise do domínio, de Hjørland & Albrechtsen (1995), além de revisões teóricas, como aquelas de Rendón Rojas (1996) e González de Gómez (2002). No entanto, a corrente de investigação aberta pela filosofia pragmática na CI traz, paralelamente, no enalço de suas discussões, a revisão do pensamento essencialista dentro dos estudos informacionais e, logo, a retomada de seus pressupostos. O debate sobre o pragmatismo dentro da área trouxe consigo a crítica aos estudos de fundo representacionista, ligados a um olhar essencialista do conhecimento e do conhecer, como é percebido de forma explícita em Frohmann (1992) e Jacob & Albrechtsen (1999).

Ambas as abordagens são amplamente adotadas na teoria e na prática da CI. Algumas vezes esta adoção ocorre de forma implícita pelos atores profissionais e acadêmicos, tão enraizadas nas práticas da área como em determinados casos. São exemplos diretos desta ação implícita, por exemplo, discussão sobre a construção de linguagens documentárias. Um olhar que parte da Lógica da meta-representação de termos está, de maneira íntima, relacionado aos fundamentos essencialistas. Um olhar que parte da Antropologia para a tecitura destas linguagens artificiais aparece como ligado ao fundamento pragmatista.

Este trabalho investiga, através de uma revisão breve, de ordem interpretativa, a incidência do pensamento essencialista e pragmatista dentro da epistemologia da CI. Diante da necessidade de um recorte amplo na literatura, o foco da investigação recai sobre os aspectos teóricos que circulam a presença destas abordagens na área, recuperando indícios de influência na epistemologia informacional. A escolha por uma análise de ordem hermenêutica justifica-se, no entanto, fundamentalmente, pela recorrente lembrança, em diferentes estudos da área, da necessidade de estudos filosóficos em torno da epistemologia e das práticas da CI, como lembrado em Brookes (1980) e Gomes (2006).

2. Entre a representação e a transmissão do conhecimento

A constituição das sociedades a partir de uma razão gráfica demonstra que explorações filosóficas sempre estiveram no estreito a representação e da transmissão do conhecimento. A formação das grandes civilizações se dá, ao longo da História, em tradições que haviam dominado a escrita. Deste momento em diante, os estudos da representação e da transmissão tornaram-se parte do cotidiano da reflexão e das práticas dos indivíduos (AUROUX, 1998). Trata-se da investigação cotidiana em busca por uma língua perfeita – ou essencial, ou seja, a representação ideal – e uma linguagem coerente – ou pragmática, isto é, a transmissão contextual. Como afirma Auroux (1998), a origem destes estudos se encontra nos filósofos que começaram a distinguir as classes de palavras, como Platão e Aristóteles. Na virada do século XIX para o século XX, a retomada de análises como estas se intensificam. Trata-se de um período por vezes reconhecido como a redução da filosofia ao estudo da linguagem. Neste momento, encontramos o pensamento de filósofos como Frege e Russel, voltados para o estudo da representação a partir de sistemas lógicos e, posteriormente, o chamado Wittgenstein tardio – aquele ligado ao estudo

antropológico da linguagem -, preocupado com o estudo da transmissão a partir da análise da linguagem ordinária.

Mais próximo de um olhar universal¹ – ou seja, da procura por categorias invariáveis, a compreensão do mundo como um sistema natural regido por padrões -, o essencialista tende a acreditar em uma unidade “a priori” para todo o conhecimento e, logo, uma homogeneidade enraizada, passível de definição, homogeneidade esta prevista dentro da realidade e de seus modelos de meta-representação – um sistema de classificação ou um tesouro, por exemplo, podem, neste olhar, representar com acuidade permanente o complexo de signos de uma área do conhecimento. Mais próximo ao relativismo² – isto é, da análise contextual de cada categoria -, o pragmatista tende a descrever o conhecimento como o resultado de uma construção solidária de significados em torno de comunidades específicas, uma construção nunca delimitável – um sistema de classificação ou um tesouro sobrevivem, nesta abordagem, sob a instabilidade das possibilidades de transmissão, e podem ser tomados como inadequados ou ineficientes, mesmo representando uma área especializada do conhecimento de forma acurada. Isto ocorre pois aqui menos importa a garantia representacionista, e mais a usabilidade da estrutura criada pela gramática destes instrumentos de organização do conhecimento.

Enquanto o essencialismo sustenta-se em uma filosofia da representação, o pragmatismo apóia-se em uma filosofia da transmissão. Enquanto o essencialismo preocupa-se com o significado que há nos termos, o pragmatismo volta-se para o significado que os indivíduos inferem ao termo. Por fim, enquanto o essencialismo preocupa-se com a imago das palavras e discursos – sua memória mais abissal e inalterável -, o pragmatismo preocupa-se com a vivência das palavras nos discursos – a memória local culturalmente construída e permanentemente instável. As duas linhas de pensamento terão influência direta nos estudos de organização do conhecimento, posteriormente reunidos dentro do escopo curricular da CI. Desde as investigações da Biblioteconomia clássica, passando pela Biblioteconomia especializada, a Bibliografia e a Documentação, o reflexo desta discussão se fará presente na apreensão da realidade.

3. A imago como absoluto: o essencialismo na meta-representação informacional

O essencialismo indica a linha de pensamento que acredita em um mundo estruturado por essências ou substâncias indivisíveis. A interação entre sujeito e objeto, nesta forma de apreensão do mundo, dá-se por uma imagem ideal da realidade – há uma uniformidade previsível na percepção dos indivíduos diante dos objetos, uniformidade esta que permite a comunicação entre os seres humanos. Em outras palavras, há uma imago para cada realidade estudada. A imago, do latim que remonta o mesmo significante, remete à forma definitiva de um inseto, após este sofrer suas metamorfoses. Por outro lado, a palavra indica uma lembrança ou idealização formada ao longo da infância, que se conserva sem modificação na vida adulta. (FERREIRA, 1975, p. 743)

A aparência das coisas revela suas características e, por isso, os homens podem realizar trocas informacionais, pois reconhecem, por exemplo, sincronicamente, uma casa como significado de construção para moradia, ou um lápis como ferramenta para escrever. O essencialismo investiga a realização possível de uma imutabilidade em determinadas reações entre os indivíduos diante dos significantes. Há, nesta linha de argumentação, estabilidade, segurança e ordem. Ao fundamentar-se nesta lógica, o essencialismo é estruturalmente um estudo da filosofia da representação, ou seja, a busca pela representação ideal de vocabulários e notações. (RORTY, 2000)

Uma epistemologia baseada no essencialismo parte da lógica da objetividade. Para esta filosofia da meta-ciência, a verdade é uma correspondência à realidade. Deste modo, o processo de justificação de crenças é visto como uma atividade natural – e não cultural. Desta forma, antes de social, esta é uma epistemologia natural (RORTY, 1997). As ciências como Física e Química estariam, por isso, mais próximas de uma análise essencialista da realidade, assim como as linhas de investigação das ciências sociais baseadas no positivismo³. Em outras palavras, é uma forma de contemplar e intervir na realidade com o olhos de Deus, como observa Brier (1996), em sua crítica ao essencialismo na CI. O fisicalista – uma espécie de essencialista - é, antes, “alguém que está preparado para dizer que todo e qualquer evento pode ser descritivo em termos microestruturais, uma descrição que só menciona partículas elementares, e que pode ser explicada por referência a outros eventos assim descritos”. (RORTY, 1997, p. 159)

A base do pensamento essencialista remonta diferentes períodos da tradição filosófica e epistemológica. Maquiavel e Bacon, pensadores que cercam a sedimentação da ciência, fornecem elementos para compreensão da via essencialista de apreensão da realidade. A preocupação central de Maquiavel era o tempo: fluxo sobre o qual intervém a fortuna e a virtude, em que não há qualquer garantia de estabilidade. O foco de investigação de Bacon era o espaço: uma categoria em movimento, também inconstante. Espaço e tempo se constituíam como atividades mundanas. A ciência tinha a missão de assegurar a inteligibilidade em um mundo circunstancial. Daí, uma nova inteligibilidade da natureza partiria da busca científica de desvelar o que é permanente em meio à metamorfose constante (FUKS, 1992). A racionalidade é aqui demarcada pela capacidade de descobrir e testar a permanência no movimento – nada que não se assemelhe à linha historiográfica que identifica as origens da CI no pós-guerra, entre as décadas de 1950 e 1960.

Ao lado de Maquiavel e Bacon, Galileu e Descartes são outros marcos na investigação científica. Para Galileu, o foco das ciências se dá nas relações quantitativas, aquelas que podem ser obtidas a partir da indução experimental que leva a uma lei geral através da observação de um certo número de casos particulares. Para Descartes a certeza só pode ser atingida através da razão, princípio absoluto do conhecimento humano (LAKATOS, 1986). Mais uma vez, temos a aproximação a uma imagem bastante comum à CI no contexto de sua formulação conceitual, quando a análise da informação se dava, estruturalmente, pela via quantitativa, aproximando-se das ciências puras.

Segundo Popper (1975a, p. 392), o essencialismo representa a filosofia da ciência que parte de Galileu e Newton, e tem como características a busca por uma teoria ou descrição verdadeira do mundo, a partir das regularidades ou leis, e a compreensão de que, uma vez estabelecido este modelo, seu cerne define uma essência para as coisas. Desta forma, o período de institucionalização científica tem o essencialismo como filosofia estrutural. Como afirma Foucault (2002, p. 86), “existe uma disposição necessária e única que atravessa toda a epistémê clássica: é a pertença de um cálculo universal e de uma busca do elementar a um sistema que é artificial”.

No final do século XIX e ao longo do século XX, o positivismo, ao erradicar a metafísica dos estudos científicos e manifestar a necessidade de um método científico e universal, procura uma linha única de investigação científica. Nesta perspectiva, um mesmo método atende às ciências humanas e naturais, pois ambas buscam uma só verdade. A epistemologia da Física, desta forma, serviria como modelo para muitas disciplinas antigas ou recém-constituídas dentro da árvore do conhecimento (HJORLAND, 2005). Neste contexto, “a história positivista da

cultura vê, pois, a linguagem como algo que gradualmente ganha forma à volta dos contornos do mundo físico”. (RORTY, 1994, p. 42)

O essencialismo é registrado na CI diante da presença marcante do positivismo e, principalmente, do positivismo lógico dentro dos estudos informacionais, principalmente aquelas investigações orientadas para os sistemas de informação. A busca pela precisão na representação da informação técnica iniciada pela Biblioteconomia chamada especializada, ligada a bibliotecas e unidades de informação das indústrias e empresas nascidas no século XIX, recupera a filosofia essencialista na exploração acurada dos catálogos e bibliografias, o que conduzirá ao estudo de representações estatísticas da informação, culminando na ampliação da Bibliografia como disciplina. A presença de Paul Otlet e o princípio dos estudos da Documentação representam um aprofundamento desta análise estatística (PINHEIRO, 2002). Com Otlet, para além da Bibliografia e da Biblioteconomia especializada, é intensificada a ligação dos estudos de organização do conhecimento com olhar positivista. (RIEUSSET-LEMARIÉ, 1998)

No contexto de institucionalização da CI, a teoria matemática da informação, de Shannon & Weaver (1975) se apresentará como uma das imagens ideais do pensamento essencialista. Apontada por diversos autores como uma das identidades iniciais dos estudos informacionais, sua abordagem recupera os principais elementos do positivismo, como o reconhecimento de entidades subjetivas como coisas – a coisificação da realidade - e a busca pelo controle destas. Dentro do canal imaginado pela teoria matemática – um outro sistema artificial da epistemologia clássica, como aquele mencionado por Foucault (2002, p. 86) – a informação pode ser minimizada para a mensagem realizar de forma natural a árdua travessia do emissor ao receptor. Assim, dentro do essencialismo, os textos são vistos como amostras: podem ser decifrados e criptografados. Como lembra Cornelius (2002), a questão referente a medida é como a todas as abordagens que veiculam a teoria da informação. Os avanços mais claros dentro do positivismo lógico dentro da CI, como visto em Pinheiro (1997), podem ser encontrados na Bibliometria, enfoque de controle informacional regido por um conjunto de leis e, como identificado em Machado (2003), nos estudos sobre os sistemas de controle bibliográfico.

O positivismo lógico – ou empirismo lógico - é comumente relacionado ao Círculo de Viena. Fundado por Moritz Schilick, o Círculo de Viena era uma comunidade de pesquisa orientada pelo empirismo⁴ baseado na Lógica. Entre suas características estava a negação da existência de Deus e do espírito. Os positivistas lógicos reconheciam o homem como mero agrupamento de células. Desta forma, o olhar dos pesquisadores do Círculo desconsiderava a metafísica, o moralismo – ou seja, a moral como via de interpretação da realidade (ABBAGNANO, 2000, p. 795) - e a própria filosofia. Suas visões de mundo se baseavam, em grande parte, na obra do chamado primeiro Wittgenstein, o Tratado Lógico-Filosófico (EDMONDS; EIDINOW, p. 159). O foco do empirismo lógico é a pesquisa científica. Os critérios de significação dos termos poderiam ser estabelecidos partindo de uma condição estrutural: a superação da metafísica (HALLER, 1990, p. 27-28). Dentre as concepções do primeiro Wittgenstein que orientavam o Círculo estavam: a interpretação da lógica e das proposições lógicas; a teoria das proposições empíricas, e a definição de filosofia, ou seja, a filosofia como crítica da linguagem. (HALLER, 1990, p. 30-32)

Além de se confundir com uma linha fisicalista de análise da informação dentro da CI, o essencialismo também tem incursões dentro do enfoque cognitivo dos estudos informacionais. Em seu trabalho sobre o poder das imagens, Frohmann (1992) reagirá contra a supra-exaltação do essencialismo na CI dentro de uma tradição cognitiva nascida. No olhar do pesquisador, a

tradição cognitiva inicial, preocupada com a representação acurada dos artefatos culturais – o mundo três de Popper, dos artefatos construídos pelos homens -, atinge o que os pragmatistas chamarão de “beco sem saída”.

Ao buscar uma imagem ideal para os significantes – ao procurar a imago -, os cognitivistas essencialistas são permanentemente traídos pela mutação dos significados. Este enfoque da CI representa uma linha de pensamento marcada para a visão cognitiva individual, focada na análise dos modelos mentais do sujeito, e seria criticada por sua “falta de realismo” - ou seja, a escassez da dimensão social na análise do conhecimento (RORTY, 1997) -, sua distância em relação às possibilidades de integração teórica e a impossibilidade de uma perspectiva holística de investigação dos sistemas de recuperação da informação. (INGWERSEN, 1999)

Para Frohmann (1992), as abordagens cognitivas – assim como as abordagens fisicalistas – estão fundamentalmente voltadas para a universalidade das teorias e por uma razão instrumental, como aquela positivista. Assim, permanece aqui a busca por regularidades, a partir de modelos mentais específicos, passíveis de uma pré-determinação. Tendo relação entre o mundo 2 – dos estados mentais - e o mundo 3 de Karl Popper como referência, o conhecimento é analisado dentro de um processo natural, vinculado em uma realidade objetiva. Estudar a informação assemelhar-se-ia a análise de um mundo físico. A verdade absoluta do olhar essencialista busca, assim, reter a possibilidade de enxergar outra vez o mundo com o olhar de Deus, ou seja, a perfeita percepção do item de representação.

No âmbito da filosofia da linguagem, uma das áreas historicamente inter-relacionadas aos estudos da informação, o olhar essencialista tem presença marcante. Dentro do essencialismo existe a procura por uma precisão na descrição do significado dos termos. Há critérios para defini-los e estes critérios tornam-se, por dedução, sua definição. Entre estes, a etimologia se apresenta como um dos referenciais lógicos – e, em muitas das vezes, único. A palavra tem sua essência fixada por sua raiz etimológica. Sendo assim, seus usos devem estar vinculados a esta realidade de representação. Ao falarmos em lápis, como no exemplo citado, estaremos sempre indicando um instrumento utilizado para escrever. No âmbito das políticas de indexação, por exemplo, o foco recai estruturalmente na análise da literatura que trata de determinado assunto. Ou seja, a garantia literária é o foco de observação, e não o endosso do usuário. Na filosofia essencialista, a verdade é a construção de um dado universal, e a palavra é apenas um exemplo deste dado.

Por fim, o essencialismo, além de se confundir com o positivismo, se relaciona com o cientificismo, ou seja, a compreensão do mundo estruturada a partir da visão de mundo da ciência (MILLS, 1975). O racionalismo positivista⁵ – ou o uso da razão para coagir a instabilidade da intromissão metafísica - prega um conhecimento pela ciência, antes de um conhecimento pelo conhecer. O saber só parte das academias, pois elas usam o método científico para dominar a natureza. A CI não parte de um essencialismo apenas ligado à linguagem, mas também, sob influência positivista, desenvolve-se, em meados dos anos 1960 e 1970, sob esta outra linha identitária da reflexão racionalista: os estudos informacionais partem unicamente do estudo da sociedade científica, da comunicação científica e seus textos construídos a partir do método unificado. Como afirma Mostafa (1996, p. 3), a CI nasce praticamente como uma ciência das revistas científicas. A informação, na corrente essencialista, é um dado mensurável, a imago, a estrutura definitiva que pode, então, ser representada em um sistema de informação, seja ele manual ou automático e será, por sua condição de categoria estável, passível de recuperação.

Logo definição de CI de Borko (1968) corrobora o essencialismo como forte linha investigativa dentro dos estudos informacionais.

4. A vivência anima a realidade: o pragmatismo e a antítese do essencialismo

A formação discursiva do pragmatismo parte de diferentes autores e é fruto de inúmeras leituras filosóficas particulares e coletivas. Para Santos (1989, p. 49) “ao contrário do que à primeira vista se pode pensar, uma concepção pragmática do conhecimento científico desloca o centro da reflexão do conhecimento feito para o conhecimento no processo de se fazer, do conhecimento para o conhecer [...]”.

Novellino (1996) apontará que a partir de 1851 o termo “pragmatismo” passa a designar a corrente filosófica predominante nos Estados Unidos, segundo a qual o valor prático de um enunciado é considerado como critério de sua verdade ou, pelo menos, de sua aceitabilidade. O pragmatismo é um movimento filosófico basicamente identificado a partir dos estudos de Peirce, que trabalhou com o chamado “pragmatismo metodológico”. Este está estruturalmente relacionado à linguagem. O trabalho de Peirce, como descreve Novellino (1996), não pretendia definir a verdade ou a realidade, mas apenas o significado dos termos, ou melhor, das proposições. Este significado era dado pelo hábito de ação, ou crença ligada à vivência da proposição. Assim, o pragmatismo metodológico pode ser entendido como uma teoria do significado (ABBAGNANO, 2000, p. 784). Neste mesmo âmbito pragmático, encontra-se Dewey e os italianos Giovanni Vailati e Mário Calderoni. Uma outra concepção de pragmatismo é observável, oriunda de W. James e F. C. S. Schiller, chamada “pragmatismo metafísico”. Aqui a verdade era reduzida a sua utilidade, e a realidade ao espírito (NOVELLINO, 1996). Nesse outro modelo de pragmatismo, encontramos uma teoria da verdade e da realidade: a racionalidade é entendida como sentimento e todas as ações e desejos humanos são condicionantes da verdade, incluindo a verdade científica. (ABBAGNANO, 2000, p. 784)

Segundo Vermelho (1999), a filosofia pragmatista aparece no *front* dos enfrentamentos filosófico-conceituais entre duas correntes: o positivismo e o marxismo⁶. Desta forma, o pragmatismo nasceria como uma alternativa mediadora para essas abordagens divergentes. Afirmando-se no centro deste embate, os pragmatistas negariam qualquer idealismo – isto é, “a redução do objeto de conhecimento à representação ou idéia” (ABBAGNANO, 2000, p. 607) - e dogmatismo – ou seja, a atitude de “absolutizar” as teorias, afastando-as de sua discussão crítica e da possibilidade de revisão das mesmas (ABBAGNANO, 2000, p. 344) -, procurando aceitar qualquer filosofia para solucionar as indagações de seu tempo, desde que essa dada filosofia pudesse ser demonstrada como verdadeira a partir do seu valor prático. Assim, as duas principais características do pragmatismo seriam o anti-dogmatismo e o método fundado no uso eficaz da teoria, ou seja, no enfoque pluri-metodológico.

Como visto, dentre os principais nomes ligados às origens do pragmatismo, estão Charles Peirce, William James e John Dewey. Todos eram membros da Sociedade Metafísica de Cambridge. Dentre seus problemas de investigação, estavam as questões complexas acerca da teoria do conhecimento. Paralelamente todos os três atuavam em outras áreas: James atuava no campo da psicologia, Dewey na educação e Peirce tinha forte ligação com as ciências físicas e a filosofia. (VERMELHO, 1999)

Para Peirce (1974a, p. 12) o pragmatismo busca um “método capaz de determinar o verdadeiro sentido de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra, ou outro tipo de signo”.

Trata-se, desta maneira, de um método “arquitetônico”, capaz de ilustrar de maneira anterior ao fato, o delineamento do uso que fazemos de nossa linguagem – um método da filosofia, como indica o autor. “O estudo da filosofia consiste portanto em reflexão, e o pragmatismo é aquele método de reflexão” que assume uma finalidade que gira em torno da questão: tornar claras as idéias, expandir as possibilidades de comensurabilidade entre os discursos científicos.

O pragmatismo, assim, cumpriria duas funções estruturais dentro do contexto científico. Na primeira, trabalharia para desembaraçar-nos das idéias pouco claras (PEIRCE, 1974b) - nos dizeres wittgensteinianos, afastar-nos do enfeitiçamento da linguagem (WITTGENSTEIN, 1979). Na segunda função, atuaria para “apoiar, e tornar distintas, idéias em si claras, mas de apreensão mais ou menos difíceis”. (PEIRCE, 1974b, p. 13)

Richard Rorty (1997, p. 17) define o pragmatismo a partir de diferentes ângulos. Dentre os principais, o anti-representacionalismo, ou a insistência na noção de que não há uma “determinidade” em questão no estudo do conhecimento e de nossas relações. A linguagem foi constituída pela “ambiência na qual vivemos” (RORTY, 1997, p. 18), ou vivência. O pragmático não possui nenhuma teoria da verdade (RORTY, 1997, p. 41), indo em direção contrária à tradição objetiva da ciência moderna, que buscava uma verdade sólida – a verdade como correspondência da realidade.

Diferentemente do essencialismo, o pragmatismo é estruturalmente contra o dogma do método, ou seja, é pluri-metodológico: busca responder pela diversidade de ângulos de observação que cada objeto de estudo exige. Para cada objeto específico, um método adequado. “Não há um método da filosofia, mas sim métodos” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 58). Ou seja, “uma causa principal das doenças filosóficas” é “a dieta unilateral: alimentamos nosso pensamento apenas com uma espécie de exemplos” (1979, p. 156-157). “Em lugar de representabilidade pode-se aqui dizer também: apresentabilidade num meio determinado de apresentação” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 124). A vida não está nas palavras, mas no diálogo dos homens, nos jogos de linguagem que animam o signo. “Todo signo sozinho parece morto. O que lhe dá vida? - No uso, ele vive” (WITTGENSTEIN, 1979, p. 131). Além, disso, o anti-essencialismo do pragmatismo reorienta o papel da lógica. Esta não responde aqui pela precisão do mundo; o mundo é “menos” lógico e “mais” praxiológico para olhar do pragmatista. (HALLER, 1990, p. 130)

Dentro do pragmatismo, o conhecimento é abordado como um artesanato da linguagem: os discursos locais vão, no cotidiano, constituindo regras para constituição da compreensão da realidade. O significado dos conceitos não depende da lógica direta dos objetos que designam, mas, sim, relacionam-se com os jogos – ou situações, contextos – que praticam (WITTGENSTEIN, 1979). “Um significado de uma palavra é um gênero de utilização desta”; “É por isso que existe uma correspondência entre os conceitos regra e significado” (WITTGENSTEIN, 1990, p. 31). Em outras palavras, “somente o contexto habitual permite que o significado surja claramente”. (WITTGENSTEIN, 1990, p. 73)

A linguagem, no pragmatismo, é vista como uma teia, uma estrutura flexível, que se estende através de semelhanças de família, indícios ou aproximações de elementos que permitem a expansão da própria teia. Não há, pois, uma estrutura ideal; há estruturas contextuais, formas de vida. E os conceitos e artefatos construídos pelo homem – o mencionado mundo 3 popperiano – apresentam uma vivência neste cotidiano. A vivência se dá pela participação destes conceitos e artefatos em jogos de linguagem. Situações ou jogos diferentes podem gerar diferentes significados para uma palavra ou um objeto. Isto acontece quando essa é identificada em formas

de vida que não apresentam semelhanças de família aparentes com a forma de vida anterior, onde a mesma palavra estava ambientada. Este ambientar ou habituar é o processo que define as regras. Há regras em toda forma de vida, mas elas não são únicas, nem invariáveis. Tais regras são definidas pela prática social, a vivência - ou seja, pelo uso que cada jogo de linguagem faz de seus elementos de troca, seus signos. Uma gramática é o conjunto das regras determinadas pelos jogos de linguagem de uma dada forma de vida. O que define um jogo de linguagem não é o caráter estático de suas características, mas, sim, a dinâmica de possibilidades dessas características dentro de um certo jogo e sua relação com outros jogos (CONDÉ, 2001). O jogo é definido pela dinâmica da vivência dos signos e formas na comunicação dos indivíduos.

No olhar de Giannotti (1995, p. 227), os jogos de linguagem “se movem no elemento da vontade porque assumem uma perspectiva institucionalizante, e intitucionalizadora, segundo a qual certos objetos e fatos do mundo cotidiano são tomados como meios de apresentação de critérios por meio dos quais se pode dizer que se age correta ou incorretamente, em resumo, que se segue uma regra”.

Em resumo, para o olhar pragmatista

assim como o proferimento de um substantivo não veicula qualquer informação a quem não tenha familiaridade com adjetivos e verbos, não há nenhuma maneira de veicular informação que não seja relacionando uma coisa a alguma outra coisa. Somente no contexto de uma sentença (...) a palavra tem significado. (RORTY, 2000, p. 72)

Dentro do pragmatismo, os textos são vistos como artefatos culturais: só podem ser interpretados e contextualizados conforme sua atmosfera de criação e recepção. O conteúdo de um texto, nesta perspectiva, não é resultado inalterável de uma única interpretação, ou ainda, resultado da interpretação da mente isolada em sua consciência, mas fruto direto e situacional dos usos aos quais esse texto tem sido submetido, isto é, das redes sociais que participam de sua leitura, ou dos diferentes olhares, dispersos no espaço e no tempo, que jogam com seus conceitos.

Os termos, como discute Wittgenstein (1979), não refletem, “a priori”, nada, mas, sim, os usos que damos a eles – ou seja, não há vida nas palavras, o homem é que lhes confere vivência. Assim, nesta abordagem, os textos são vistos como construções subjetivas, fruto de interpretações cruzadas, que perpassam autor/produzidor, ambiente de produção, emissor, canal de emissão, ambiente de recepção e, por fim, o leitor. Neste âmbito, ao invés de coisificar o texto, como o essencialismo e sua estrutura positivista, o pragmatismo relativiza a amostra física. Em outras palavras, para o pragmatismo o estudo de uma célula pode ser tão subjetivo quanto o estudo de um livro de Fernando Pessoa: ambos são construções culturais, marcadas por um contexto, uma política e uma ideologia de investigação e repercussão. Se no âmbito do essencialismo na CI a Bibliometria é um dos campos mais exemplares e esclarecidos, dentro do pragmatismo informacional o contraponto a esta disciplina poderia ser identificado em uma das raízes bibliométricas: a Bibliografia textual. A Bibliometria tem sua origem na expansão dos estudos da chamada Bibliografia estatística. Paralelamente a esta abordagem, a Bibliografia textual, ao invés de preocupar-se estritamente com uma análise quantitativa da informação – o recenseamento bibliográfico -, volta-se para a comparação entre os documentos citados e os documentos citantes a partir de uma linha de ordem humanista (FONSECA, 1979). Por isso a Bibliografia textual,

íntima da Filologia, identificada pela crítica e interpretação dos textos, seria uma abordagem muito mais próxima do pragmatismo.

Diferentemente da visão de mundo essencialista, aqui a informação nada tem da possível imagem – jamais sobrevive a partir de uma constituição definitiva. É sua vivência no âmbito da comunicação das comunidades discursivas, para usar o conceito de Hjørland & Albrechtsen (1995), que ela ganha vida. Não há uma natureza biológica definitiva na informação, como previa as abordagens física e cognitiva dentro da epistemologia informacional. Ao contrário, há uma “alma social” ou uma aura culturalmente construída. O que é esta alma? O uso, revela Wittgenstein (1992). No âmbito das origens dos estudos de organização do conhecimento, a Biblioteconomia de cunho humanista, voltada para a Retórica, que abordava o mundo como uma possibilidade de conhecimento aberta e em permanente transformação, identifica-se com o pragmatismo. A preocupação inicial volta para a interpretação da realidade, antes de focar o controle da mesma, fornece esta característica identitária. Com a retomada de olhares da Retórica dentro da CI, como observado por Capurro (1992), esse olhar volta à cena da epistemologia informacional.

Ao comungar de manifestações primárias do pragmatismo, como o caráter histórico do conhecimento e a contextualidade da cada saber, na teoria, e compartilhar a aplicação de enfoques qualitativos, no plano metodológico, certas abordagens chamadas alternativas (FERREIRA, 1995) dentro da CI, como o *sense making*, de Brenda Dervin, e o processo construtivista, de Carol Kuhlthau, estão intimamente ligadas a esta orientação filosófica. No plano da classificação epistemológica da CI, esta linha de pensamento pode ser chamada de paradigma hermenêutico, como em Capurro (1992), paradigma social (CAPURRO, 2003) e enfoque pragmático (RENDÓN ROJAS, 1996). Outras propostas teórico-metodológicas, como a mencionada análise do domínio, a epistemologia social de Shera e a antropologia da informação, de Marteleto, são igualmente interligadas ao pragmatismo informacional. Todas estas categorias voltam-se para os estudos dos indivíduos inseridos em comunidades e abordam, de um modo geral, a informação como uma construção social.

5. Considerações finais: o pragmatismo e o essencialismo para além da epistemologia informacional

Procuramos, através de pequenas incursões teóricas nos conceitos de essencialismo e pragmatismo e nas incidências panorâmicas dentro da CI, traçar um olhar sobre estas abordagens relacionando-as à epistemologia informacional. Enfoques vinculados a uma visão de mundo marcada pela filosofia das ciências exatas estão mais próximas de uma linha de argumentação essencialista. Abordagens influenciadas pela sociologia do conhecimento e pela antropologia são íntimas do pragmatismo informacional.

Para além da epistemologia, no entanto, o essencialismo e o pragmatismo aparecem no discurso político do ensino e da pesquisa dentro dos estudos informacionais. A partir da década de 1960, institutos de pesquisa, faculdades e escolas de Bibliografia, Documentação e Biblioteconomia começam a alterar seus nomes. Entre as justificativas para a modificação apresentada por tais instituições estão: a causa essencialista, que pontua que o significado etimológico de termos que oferecem a raiz grega “biblio” ou do latim “documentu” não é capaz de representar o espectro de atividades e abordagens comungadas pela comunidade acadêmica; a causa pragmática, que indica que a sociedade não reconhece os termos acima mencionados, ou

seja, não confere um status profissional e científico aos significantes bibliografia, documentação e biblioteconomia.

No plano da política, o pragmatismo nos alerta que não há problema em alterar nomes. É preciso apenas refletir os usos sociais e epistemológicos que fazemos de nossas denominações, ou seja, os usos políticos e teóricos. O essencialismo nos atenta para a necessidade de uma expressão cada vez mais apurada do significado que nossas ações – científicas e profissionais – têm revelado. O risco do essencialismo, como dito, é o beco sem saída de uma busca inalcançável pela perfeição na representação. O risco do pragmatismo é a dispersão diante das incontáveis possibilidades de transmissão que as palavras e atitudes podem indicar. Ambas as abordagens são fundamentais para a CI e sua epistemologia.

A imagem não consegue responder pela diversidade cultural que apresenta a realidade contemporânea e suas múltiplas interpretações do significante. Nada é assim tão definitivo, mesmo no discurso pós-moderno. A vivência das palavras, por sua vez, não tem significado, caso não relacionada a uma referência que guarda uma identidade minimamente tecida. Nem tudo é assim tão instável, mesmo na velocidade de disseminação dos discursos e tecnologias da pós-modernidade. Desta forma, o retorno permanente a estas filosofias é de importância direta na reflexão das práticas informacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AUROUX, Sylvian. *A filosofia da linguagem*. Campinas: ed. UNICAMP, 1998. (Coleção Repertórios).

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, jan, 1968.

BRIER, Soren. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 3, p. 296-344, sep. 1996.

BROOKES, Bertram C. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. *Journal of Information Science principles and practice*, v. 2, p. 125-133, 1980.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). *Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives*. Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p.82-96.

_____. Epistemologia y ciencia de la información. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CORNELLIUS, Ian. Theorizing information for Information science. *Annual Review of Information science and Technology (ARIST)*, v. 36, p. 394-425, 2002.

EDMONDS, David; EIDINOW, John. *O atizador de Wittgenstein: a história de uma discussão de dez minutos entre dois grandes filósofos*. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

FERREIRA, A . B. de H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 743.

FERREIRA, Sueli M. S. P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. *Ci. Inf.*, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=481&layout=abstract>>. Acesso em: 17 jul. 2007.

FONSECA, Edson Nery da. A bibliografia como ciência: da crítica textual à bibliometria. *R. Bras. Bibliotec. Doc.*, v. 12, n. 1/2, p. 23-28, jan./jun. 1979.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. Martins Fontes: São Paulo, 2002. 541 p. (Coleção Trópicos).

FROHMANN, Bernd. The power of images: a discourse of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. *Journal of Documentation*, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

FUKS, Mário. Considerações a respeito do lugar das Humanidades na História da Ciência Moderna. *Dados – revista de ciências sociais*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 117-135, 1992.

GIANNOTI, J. A. *Apresentação do mundo: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GOMES, Maria Yêda F. S. de. Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, na década de 1990: um balanço. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 318-334, set./dez. 2006.

GONZALEZ DE GOMEZ, M. N. Dos Estudos Sociais da Informação aos Estudos do Social desde o ponto de vista da Informação. In: Miriam de Albuquerque Aquino. (Org.). *O Campo da Ciência da Informação: Gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. p. 25-47.

HALLER, Rudolf. *Wittgenstein e a filosofia austríaca: questões*. São Paulo: ed. USP, 1990.

HJORLAND, B. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. *Journal of Documentation*, Londres, v. 61, n. 1, p. 130-152, 2005.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 46, n. 6, p. 400-425, jul. 1995.

INGWERSEN, Peter. Cognitive perspectives of information retrieval interaction: elements of a cognitive IR theory. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 1, p. 3-50, march. 1996.

_____. Cognitive Information Retrieval. *Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)*, v. 34, p. 3-52, 1999.

JACOB, E.K.; ALBRECHTSEN, H.. When essence becomes function: Post-structuralist implications for an ecological theory of organisational classification systems. In: WILSON, T.D.; ALLEN, D.K. *Exploring the contexts of information behaviour: proceedings of the second international conference on research in information needs, seeking and use in different contexts*. London: Taylor Graham, 1999. p. 519-534.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 11a. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. *Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética*. São Paulo: ed. UNESP, 2003.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MOSTAFA, S. P. Filosofando sobre a área de informação. In: Simpósio Brasil-Sul de Informação; assumindo um novo paradigma acervo versus informação; 1, 1996. Londrina: UEL, 1996. v. 1. p. 31-45.

NOVELLINO, Maria Sallet F. A teoria da ação comunicativa e a representação da informação. *Informare: caderno do programa de pós-graduação em ciência da informação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 73-79, jul./dez. 1996.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (org.). *O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p. 61-86.

PEIRCE, C. S. Conferências sobre o pragmatismo. In: PEIRCE, Charles S.; FREGE, Gottlob. *Coletânea de textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974a. (Os pensadores, 36) p. 11-66.

PEIRCE, C. S. Escritos não publicados. In: PEIRCE, Charles S.; FREGE, Gottlob. *Coletânea de textos*. São Paulo: Abril Cultural, 1974b. (Os pensadores, 36). p. 145-154.

PINHEIRO, Lena V. R. *A Ciência da informação entre a luz e a sombra: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. 1997. 278 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

POPPER, K. R. A lógica da investigação científica. In: SCHLIK, Moritz; CARNAP, Rudolf; POPPER, Karl R. *Coletânea de textos*. São Paulo: ed. Abril, 1975a. (Os pensadores, XLIV). p. 263-384.

POPPER, K. R. Três concepções acerca do conhecimento humano. In: Schlik, Moritz; Carnap, Rudolf; Popper, Karl R. *Coletânea de textos*. São Paulo: ed. Abril, 1975b. (Os pensadores, XLIV). p. 383-409.

RENDÓN ROJAS, Miguel A. R. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. *Transinformação*, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

RIEUSSET-LEMARIÉ, Isabelle. P. Otlet's Mundanenum and International Perspective in the History of Documentation and Information Science. In: HAHN, Trudi B.; BUCKLAND, Michael. *Historical studies in information science*. Medford, NJ: ASIS, 1998 (ASIS Monograph Series). p. 34-42.

RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa: Presença, 1994.

_____. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. (Escritos Filosóficos, 1).

_____. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2000. (Humanitas Pocket).

SANTOS, Boaventura de S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. *A teoria matemática da comunicação*. São Paulo: DIFEL, 1975.

VERMELHO, Sônia Cristina Soares Dias. Entre a ciência e a filosofia: por onde caminha a humanidade; um debate entre o positivismo e o pragmatismo. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, n. 11, p. 139-150, out. 1999.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. 2º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

_____. *Da certeza*. Lisboa: ed. 70, 1990. (Biblioteca de filosofia contemporânea; 13).

_____. *O livro azul*. Lisboa: Ed.70, 1992.

_____. *Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

NOTAS

¹ Como demonstra Abbagnano (2000, p. 1169), o pensamento sobre aquilo que é universal trata da possibilidade de existência de uma forma, idéia ou essência que pode ser partilhada por várias categorias, definindo, assim, uma natureza comum. Em outras palavras, neste sentido, a essência de algo, como diz Wittgenstein (2002), no âmbito da análise da linguagem, é a essência do todo. Assim, o essencialismo representa um olhar universal sobre o conhecimento ao buscar uma explicação última para tudo aquilo que está por trás das aparências da realidade (POPPER, 1975).

² O relativismo indica a doutrina que afirma que todo conhecimento é uma ação condicionada pelos sujeitos que com ele estão envolvidos (ABBAGNANO, 2000, p. 994). Sua crítica normalmente recai sobre sua impossibilidade de formular e fundamentar argumentos universais. (RORTY, 1997).

³ Em síntese, o positivismo é o conjunto de pensamentos e métodos que compreende a sociedade humana como um todo regido por leis naturais, invariáveis. Por isto, os métodos das ciências naturais são os mesmos das ciências sociais e ambas são formas de conhecer objetivas, livres de juízos de valor. (LOWY, 1996).

⁴ O empirismo representa a corrente filosófica que determina a experiência como critério, negando o caráter absoluto da verdade, a partir da idéia de que toda verdade pode ser colocada à prova. (ABBAGNANO, 2000, p. 337).

⁵ O racionalismo se caracteriza pela uso da razão para determinação de crenças e técnicas. (ABBAGNANO, 2000, p. 967).

⁶ O marxismo representa a corrente de pensamento que parte da obra de Karl Marx e é caracterizado pelo método dialético, em que a realidade é tomada como em permanente movimento, ou seja, é reconhecida em sua transitoriedade. Neste pensamento, todas as leis são observadas como produtos da ação humana e, desta maneira, são transformadas por esta, de onde deriva o caráter instável e mutante do conhecimento. (LOWY, 1996).